

Ações afirmativas e permanência estudantil no ensino superior: um estudo no Instituto de Biodiversidade e Florestas da UFOPA

Affirmative actions and student retention at the Instituto de Biodiversidade e Florestas of UFOPA

Mariane Mariath¹

Maria Eduarda dos Santos Chaibe²

Recebido em 12 de novembro de 2025.

Aprovado em 02 de abril 2026.

RESUMO

O presente artigo analisa as políticas de ações afirmativas a partir de um estudo de caso realizado nos cursos de graduação do Instituto de Biodiversidade e Florestas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com foco na permanência e na conclusão de curso de estudantes indígenas, quilombolas e com necessidades educacionais específicas, ingressantes entre 2012 e 2021 na universidade. Com base na análise de dados institucionais e em referenciais teóricos consolidados, observam-se avanços no acesso ao ensino superior por meio de processos seletivos especiais; contudo, persistem desafios relacionados à permanência. Cerca de 29% dos estudantes ingressantes até 2021 apresentam pendências em mais de 50% da carga horária, sendo que, no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, não há previsão de formandos entre os ingressantes de 2021 e 2022. Nos demais cursos, a taxa de conclusão é de apenas 27%. O estudo aponta a necessidade de políticas interseccionais, do fortalecimento da assistência estudantil e da revisão curricular, a fim de garantir equidade e êxito acadêmico. Conclui-se que, embora as ações afirmativas ampliem o acesso, sua efetividade está condicionada à adoção de estratégias institucionais integradas que assegurem a permanência e a conclusão de curso no contexto amazônico.

Palavras-chave: Inclusão Educacional. Interseccionalidade. Ensino Superior Amazônico.

ABSTRACT

This article analyzes affirmative action policies based on a case study conducted in the undergraduate programs of the Instituto de Biodiversidade e Florestas at the Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), focusing on the retention and graduation of Indigenous, Quilombola communities, and students with specific educational needs who entered the university between 2012 and 2021. Based on institutional data analysis and consolidated theoretical frameworks, the study identifies advances in access to higher education through special admission processes, while challenges related to student retention persist. Approximately 29% of students who enrolled up to 2021 have pending completion of more than 50% of their required coursework, and in the Interdisciplinary Bachelor's Degree in Agricultural Sciences, there are no projected graduates among those who entered in 2021 and 2022. In other programs, the graduation rate is only 27%. The study highlights the need for intersectional policies, strengthened student support services,

¹ Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT/IFPA) e pedagoga na Coordenação Acadêmica do Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF/UFOPA). E-mail: marianedaltra@gmail.com.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFOPA) e Coordenadora Acadêmica de Graduação no Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF/UFOPA). E-mail: maria.chaibe@ufopa.edu.br.

and curricular review to ensure equity and academic success. It concludes that although affirmative action policies expand access, their effectiveness depends on integrated institutional strategies that guarantee retention and degree completion within the Amazonian context.

Keywords: Educational Inclusion. Intersectionality. Public Policy in the Amazon. Inclusive Higher Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das atividades desenvolvidas pela Coordenação Acadêmica, atuante na Comissão de Ações Afirmativas do Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Essa instância tem se dedicado à análise, proposição e ao acompanhamento das políticas afirmativas no âmbito institucional, com ênfase especial nessa unidade acadêmica. A elaboração deste trabalho foi fundamentada em discussões realizadas no âmbito da comissão, na análise de dados institucionais e em eventos voltados à reflexão crítica sobre as ações afirmativas. Tais atividades proporcionaram uma compreensão mais aprofundada dos desafios, avanços e lacunas existentes, gerando subsídios relevantes para a estruturação deste estudo.

As ações afirmativas desempenham papel fundamental na promoção da equidade e na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Essas políticas visam corrigir desigualdades históricas e sociais que impactam populações marginalizadas, ampliando as oportunidades educacionais para grupos historicamente sub-representados nas universidades públicas (Silva; Araújo, 2019). No contexto amazônico, marcado por desigualdades regionais e intensa diversidade étnico-cultural, as ações afirmativas assumem especial relevância diante dos desafios socioeconômicos enfrentados pelas comunidades tradicionais.

Na UFOPA, localizada em Santarém, Pará, o ingresso de populações indígenas, quilombolas e de estudantes oriundos de escolas públicas ocorre, majoritariamente, por meio de ações afirmativas — conquistas asseguradas por políticas públicas institucionais. Além do ingresso, a universidade mantém programas de assistência estudantil voltados à permanência e ao êxito acadêmico desses estudantes, com destaque para a concessão de bolsas, auxílios financeiros e o fortalecimento de programas de monitoria e de extensão que mantêm vínculo com as comunidades de origem (UFOPA, 2023).

Nesse contexto, torna-se necessário analisar se a implementação das políticas afirmativas tem contribuído, de fato, para promover a equidade no acesso ao ensino superior e reduzir as disparidades de oportunidades educacionais, especialmente no que diz

respeito aos povos tradicionais da Amazônia. Essas iniciativas têm como propósito fundamental combater desigualdades históricas e sociais, com foco na democratização do acesso à educação pública de qualidade.

Considerando esse panorama, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os resultados relacionados à permanência e à conclusão de curso de estudantes indígenas, quilombolas e com necessidades educacionais específicas nos cursos do Instituto de Biodiversidade e Florestas da UFOPA, no contexto das políticas de ações afirmativas?

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar indicadores de permanência e de conclusão de curso de estudantes indígenas, quilombolas e com necessidades educacionais específicas nos cursos de graduação do Instituto de Biodiversidade e Florestas da UFOPA, a partir da análise de dados institucionais referentes aos ingressantes entre 2012 e 2021.

Diante desse cenário, este estudo foi estruturado com base em levantamento bibliográfico e na análise de dados institucionais, organizados em três etapas principais. A primeira contempla uma revisão de literatura que contextualiza a trajetória da educação superior no Brasil e o papel das ações afirmativas. A segunda discute a implementação dessas políticas na UFOPA, com base nos dados coletados. Por fim, são apresentadas as conclusões, com reflexões sobre os avanços obtidos e os desafios ainda existentes.

Contexto Histórico e Legal das Ações Afirmativas no Brasil

As ações afirmativas no Brasil têm suas raízes nos movimentos sociais que, ao longo do século XX, denunciaram desigualdades estruturais e reivindicaram políticas públicas voltadas à promoção da equidade social e racial. Inspiradas por experiências internacionais, especialmente dos Estados Unidos, as primeiras discussões sobre medidas concretas de ação afirmativa ganharam força a partir das décadas de 1980 e 1990, impulsionadas por movimentos negros e por organizações da sociedade civil. Nesse período, surgiram os primeiros programas de cotas em universidades públicas estaduais, consolidando o debate sobre equidade racial no ensino superior brasileiro (Jaccoud; Beghin, 2002).

No âmbito federal, o marco jurídico das ações afirmativas foi consolidado com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Essa legislação estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, com critérios adicionais baseados em renda familiar,

autodeclaração racial (pretos, pardos e indígenas) e parâmetros regionais definidos pelo IBGE. Ao institucionalizar tais critérios, a lei consolidou uma política de inclusão social e racial voltada à correção de desigualdades históricas (Brasil, 2012).

Outro marco importante foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n.º 12.288/2010, que reconhece a necessidade de medidas específicas para a inclusão de afrodescendentes em diferentes esferas da sociedade, incluindo o ensino superior. O Estatuto reforça a legitimidade das ações afirmativas e estabelece uma base legal para sua ampliação e consolidação. Complementarmente, a Lei n.º 13.409/2016 incluiu pessoas com deficiência no escopo das cotas para o ensino superior, evidenciando a ampliação do princípio da inclusão (Brasil, 2010b, 2016a).

Além disso, o Decreto n.º 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), exerce papel complementar às políticas de acesso ao garantir suporte financeiro e pedagógico a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses instrumentos legais não apenas ampliam as condições de ingresso no ensino superior, mas também contribuem para a permanência e o êxito acadêmico dos beneficiários das ações afirmativas, refletindo o compromisso do Estado com a redução das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade (Brasil, 2010a; Silva; Sampaio, 2022).

A Portaria Normativa n.º 13/2016, do Ministério da Educação (MEC), representa outro importante avanço ao orientar as instituições federais de ensino superior sobre a implementação de ações afirmativas voltadas ao ingresso e à permanência de estudantes indígenas e quilombolas. Essa normativa estabelece diretrizes que consideram as especificidades culturais e sociais desses povos, promovendo maior equidade no acesso à educação (Brasil, 2016b).

O Decreto n.º 5.051/2004, que promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), reforça o dever do Estado brasileiro de assegurar o respeito aos direitos dos povos indígenas e tribais, incluindo o acesso à educação em todos os níveis, com atenção às suas línguas, culturas e modos de vida. Esse decreto oferece fundamentação jurídica internacional para políticas públicas de inclusão e valorização da diversidade (Brasil, 2004).

No que se refere especificamente às populações quilombolas, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto n.º 6.040/2007. Essa política reconhece a necessidade de ações

específicas em diversas áreas, inclusive na educação, como forma de combater a marginalização histórica e promover o fortalecimento das identidades culturais e o acesso equitativo às oportunidades de formação (Brasil, 2007).

Apesar dos avanços, as ações afirmativas continuam gerando intensos debates no Brasil, tanto na esfera política quanto acadêmica. Enquanto defensores ressaltam seu papel na promoção da justiça social, críticos questionam sua eficácia e sua conformidade com os princípios constitucionais de igualdade. Estudos demonstram, entretanto, que tais políticas vêm contribuindo para a diversificação do perfil discente nas universidades e para a construção de um espaço acadêmico mais representativo da realidade social brasileira, especialmente em regiões historicamente desfavorecidas, como a Amazônia (Menezes *et al.*, 2021).

Ainda assim, as políticas públicas de ações afirmativas enfrentam desafios significativos. Dentre eles, destacam-se o subfinanciamento das iniciativas de permanência estudantil, a resistência de setores sociais que contestam sua legitimidade e as dificuldades de adaptação dos estudantes ao ambiente universitário. No contexto amazônico, esses obstáculos se intensificam devido à precariedade da infraestrutura e às profundas desigualdades regionais, que comprometem o acesso a recursos educacionais básicos (Menezes *et al.*, 2021).

Políticas públicas para as Ações Afirmativas na UFOPA: uma breve reflexão

A implementação de ações afirmativas no ensino superior brasileiro tem se consolidado como uma estratégia necessária para democratizar o acesso e promover a inclusão de grupos historicamente excluídos. No contexto amazônico, a UFOPA destaca-se como um exemplo relevante dessa prática, ao adaptar suas políticas às especificidades culturais, sociais e econômicas da região. Desde sua criação, em 2009, a instituição tem buscado articular medidas que garantam não apenas o ingresso de estudantes de diferentes origens, mas também sua permanência, assegurando condições equitativas de desenvolvimento acadêmico e social (Brasil, 2012; Venturini; Feres Jr., 2020).

Entre as principais iniciativas, destacam-se os processos seletivos diferenciados para indígenas e quilombolas, que refletem demandas locais e reconhecem a importância de respeitar as particularidades culturais desses grupos. Desde 2012, o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) e o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) têm possibilitado o acesso ao ensino superior a estudantes que tradicionalmente enfrentam

barreiras estruturais. Esses processos consideram não apenas critérios acadêmicos, mas também as especificidades sociais e linguísticas das comunidades envolvidas, promovendo um modelo de inclusão que vai além das cotas previstas na Lei n.º 12.711/2012 (Ticianeli, 2022).

A UFOPA também adota políticas de reserva de vagas em seu processo seletivo regular, contemplando estudantes de escolas públicas, pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, além de pessoas com deficiência, conforme estabelecido nas Leis n.º 12.711/2012 e n.º 13.409/2016. Essas medidas contribuem para a construção de um ambiente universitário mais plural e representativo da diversidade étnica e cultural da região amazônica. Conforme Gomes, Silva e Brito (2021), tais políticas não apenas ampliam a equidade no acesso ao ensino superior, mas também fortalecem a diversidade acadêmica, enriquecendo o debate e o papel social das universidades.

Entretanto, a inclusão efetiva vai além do simples ingresso: a permanência estudantil constitui um desafio central, especialmente em regiões marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas. Para enfrentar essas dificuldades, a UFOPA mantém um conjunto de programas e auxílios voltados ao bem-estar e ao êxito acadêmico, abrangendo alimentação, moradia, transporte e apoio pedagógico. Entre as ações regulamentadas pela Resolução Consepe n.º 386/2022, destacam-se o Programa de Alimentação e Saúde – com o Restaurante Universitário –, o Programa de Atenção à Saúde e à Qualidade de Vida Discente, o Programa de Apoio Pedagógico, o Programa de Combate ao Racismo, à Opressão e à Violência, o Programa de Esporte e Lazer, o PROGES Itinerante e o Programa de Inclusão Digital.

A universidade também concede auxílios financeiros, como alimentação, esporte, permanência regular e especial, além da bolsa de acessibilidade, todos gerenciados pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil. Complementarmente, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação coordena iniciativas de apoio acadêmico, como os Projetos de Monitoria Cenama/Arrimo e o Programa Especial de Ajuste do Percurso Acadêmico (PEAPA). O PDI 2024–2031 prevê, ainda, a continuidade da Formação Acadêmica Indígena, reafirmando o compromisso institucional com a inclusão e a diversidade (UFOPA, 2024).

Além do suporte financeiro e dos programas mencionados, a universidade desenvolve iniciativas acadêmicas que integram saberes tradicionais ao conhecimento científico. A criação de disciplinas e projetos de extensão voltados às culturas indígenas e quilombolas tem fortalecido o diálogo intercultural e valorizado as identidades dos

estudantes. Nesse sentido, como destacam Oliveira e Candau (2010), a inserção de epistemologias não hegemônicas no ambiente universitário é essencial para descolonizar o conhecimento e promover um ensino verdadeiramente inclusivo e transformador.

A análise dos resultados dessas políticas evidencia impactos positivos tanto na representatividade quanto na formação acadêmica de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados. Muitos egressos retornam às suas comunidades levando consigo, além do conhecimento adquirido, iniciativas voltadas ao desenvolvimento local e à valorização cultural. Essa dinâmica reafirma o papel estratégico das universidades na redução das desigualdades sociais e na promoção da justiça social (Andrade *et al.*, 2022).

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos. A infraestrutura universitária apresenta lacunas para atender à crescente demanda de estudantes beneficiados, especialmente no que se refere à oferta de moradia estudantil. Além disso, relatos de preconceito e discriminação evidenciam a necessidade de ações educativas e de sensibilização mais abrangentes entre discentes e servidores, capazes de consolidar uma cultura institucional verdadeiramente inclusiva. Carneiro (2005) destaca que o enfrentamento do racismo e da discriminação deve ser contínuo e articulado, envolvendo toda a comunidade acadêmica em processos de transformação social.

Nesse sentido, a universidade deu um passo importante com a aprovação, em 2025, de políticas voltadas à promoção da justiça social no ambiente acadêmico – como a Política da Diversidade Sexual e de Gênero, a Política de Heteroidentificação, a Política para a Prevenção e Enfrentamento da Discriminação e da Violência e a Política de Inclusão e Acessibilidade –, as quais precisam ser efetivamente implementadas para garantir a permanência qualificada dos discentes.

Outro aspecto determinante é a necessidade de avaliação constante das políticas implementadas. O monitoramento dos índices de evasão, do desempenho acadêmico e das condições de permanência é essencial para ajustar estratégias e garantir a eficácia das ações afirmativas. Estudos de impacto também são fundamentais para compreender o alcance das iniciativas e identificar lacunas que demandam novos investimentos e reformas.

A expansão das ações afirmativas para o corpo técnico-administrativo e docente constitui uma frente promissora. Ampliar a diversidade nas equipes universitárias fortalece a representatividade institucional e amplia a sensibilidade às questões de inclusão e equidade. Nesse sentido, a criação de comissões e grupos de trabalho específicos tem

promovido avanços, ainda que persistam desafios significativos (Gomes; Silva; Brito, 2021). De acordo com informações do site institucional da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), o número de servidores – entre assistentes, técnicos em assuntos educacionais, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos – permanece reduzido diante da crescente demanda institucional. Essa realidade evidencia a necessidade de ampliação do quadro funcional, tanto nesse setor quanto nas unidades acadêmicas, a fim de garantir a implementação adequada das ações afirmativas.

A experiência da UFOPA na implementação de ações afirmativas reafirma o papel transformador das universidades públicas na promoção da equidade social. Ao articular políticas sensíveis às especificidades regionais, a instituição demonstra que é possível integrar inclusão social, justiça educacional e valorização da diversidade. Conforme destaca Freire (1996), a educação é um ato político que deve romper com estruturas opressoras e promover a emancipação dos sujeitos.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um estudo de caso, desenvolvido a partir da realidade institucional do Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) da UFOPA, utilizando dados internos e relatórios oficiais. O delineamento metodológico adotado segue os princípios da pesquisa social aplicada, de caráter descritivo e exploratório. Conforme Gil (2019), a pesquisa descritiva busca detalhar as características de determinado fenômeno, enquanto a exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, possibilitando o desenvolvimento e a reformulação de conceitos e ideias. Essa abordagem foi escolhida em função da necessidade de compreender, de forma aprofundada, o impacto das ações afirmativas sobre estudantes quilombolas, indígenas e com necessidades educacionais específicas na UFOPA.

A pesquisa adota uma abordagem predominantemente qualitativa, complementada por suporte quantitativo na análise dos dados. Segundo Creswell e Creswell (2021), a abordagem qualitativa busca interpretar significados e experiências em seus contextos sociais, sendo especialmente adequada para compreender as percepções e os desafios vivenciados pelos grupos investigados. O componente quantitativo, por sua vez, possibilita mensurar e descrever a participação desses grupos nos cursos vinculados ao IBEF, favorecendo a triangulação das informações e ampliando a confiabilidade dos resultados.

A UFOPA conta com sete unidades acadêmicas em Santarém e mais sete campi regionais, que reúnem diversos cursos de bacharelado e licenciatura, com possibilidades de expansão tanto na sede quanto nos municípios de sua área de abrangência, além da oferta de educação a distância (UFOPA, 2024). Cada unidade possui uma coordenação acadêmica e uma comissão setorial de ações afirmativas, diretamente vinculada à Comissão Permanente de Ações Afirmativas da PROGES. O recorte da pesquisa concentrou-se exclusivamente em discentes ativos dos cursos de Agronomia, Biotecnologia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, Engenharia Florestal e Zootecnia, que compõem o IBEF, pertencentes a três grupos específicos: estudantes quilombolas, indígenas e com necessidades educacionais específicas, ingressantes entre 2012 e 2021 e com status ativo no semestre letivo 2024.1 da UFOPA.

Embora a instituição contemple outros públicos-alvo em suas políticas afirmativas, como estudantes autodeclarados pretos e pardos, a escolha desses três segmentos justifica-se por serem aqueles que demandam maior acompanhamento pela Comissão de Ações Afirmativas do IBEF e pela própria coordenação acadêmica do instituto. Essa delimitação permitiu uma análise mais direcionada, destacando a importância da definição clara do escopo da pesquisa para garantir sua relevância e profundidade.

A coleta de dados foi realizada a partir de registros institucionais fornecidos pela PROEN e pela PROGES da UFOPA, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que disponibiliza relatórios e ferramentas de busca sobre evasão, trancamentos, matrículas, conclusões e cancelamentos, com filtros que permitem a consulta por semestre, ano, curso, forma de ingresso e prazo de conclusão. Esses dados possibilitaram a identificação do número de estudantes quilombolas, indígenas e com necessidades educacionais específicas ativos nos cinco cursos vinculados ao IBEF. A coleta ocorreu entre os dias 16 de outubro e 10 de novembro de 2025.

Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas e sistematizados de acordo com as categorias de análise definidas para o estudo, considerando o curso de graduação, o ano de ingresso e a condição de pertencimento às políticas de ações afirmativas (indígena, quilombola ou estudante com necessidades educacionais específicas). A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva simples, permitindo identificar padrões relacionados ao ingresso, à permanência e à progressão acadêmica dos estudantes analisados. Os resultados foram posteriormente apresentados em tabelas, com informações referentes ao percurso acadêmico, matriculados, trancados, ativos sem matrícula e

formandos, e interpretados à luz da literatura sobre ações afirmativas e permanência estudantil no ensino superior.

Complementarmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre as políticas de inclusão na UFOPA. Essa revisão foi fundamentada em livros, artigos científicos e relatórios institucionais, assegurando uma base teórica sólida para a análise e discussão dos resultados.

Cabe ressaltar que a utilização dos dados institucionais foi autorizada pela UFOPA, observando as condições previstas para o uso de informações acadêmicas em pesquisas científicas. A coleta e o tratamento dos dados foram realizados após a aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOPA, conforme Parecer Consubstanciado n.º 7.904.778, em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n.º 466/2012 e n.º 510/2016. Assim, assegura-se o cumprimento dos princípios éticos e legais que regem pesquisas envolvendo seres humanos e dados institucionais de caráter sigiloso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados extraídos do SIGAA da UFOPA, referentes ao semestre letivo de 2024.1 do Instituto de Biodiversidade e Florestas, foi possível identificar tendências relacionadas à efetividade das políticas de ações afirmativas, bem como os desafios ainda presentes quanto à permanência e à conclusão dos cursos pelos estudantes beneficiários.

Tabela 1 – Estudantes Público-alvo das Políticas de Ações Afirmativas, IBEF – UFOPA, *status* ativo em 2024.1

Ano de Ingresso	Número de alunos público-alvo das Políticas AA			Matrícula Trancada	Alunos sem matrícula no semestre	Alunos matriculados no semestre
	Indígena	Quilombola	NEE			
Agronomia	19	16	5	0	9	31
Biotecnologia	13	15	2	0	5	25
Engenharia Florestal	19	13	2*	0	8	24
Bacharelado Interdisciplinar	17	12	0	1	7	21

em Ciências Agrárias						
Zootecnia	16	12	5	0	8	25
Total	84	68	14	1	37	126

** No curso de Engenharia Florestal os dois únicos alunos registrados como NEE também se enquadram em outras categorias: um é indígena e o outro é quilombola.*

Fonte: SIGAA/UFOPA, 2025.

A Tabela 1 revela a presença de 126 estudantes matriculados no semestre de 2024.1 oriundos de ações afirmativas, sendo 84 indígenas, 68 quilombolas e 14 com necessidades educacionais específicas (NEE). Destaca-se que alguns estudantes acumulam mais de uma condição, como no caso de discentes com NEE que também se identificam como indígenas ou quilombolas. A distribuição por curso demonstra concentração em Agronomia (31), Biotecnologia (25) e Zootecnia (25), evidenciando o impacto dos Processos Seletivos Especiais Indígena e Quilombola (PSEI e PSEQ), conforme discutido por Ticianeli (2022). Esses dados apontam para o sucesso inicial das estratégias de acesso, embora o desafio da permanência ainda persista.

Cabe destacar que o perfil socioeconômico e demográfico desses estudantes influencia diretamente as dinâmicas de permanência. Muitos são oriundos de comunidades rurais ou isoladas, enfrentando dificuldades de deslocamento, adaptação ao contexto urbano e ruptura com suas redes de apoio familiar. A faixa etária também pode variar amplamente, com a presença de jovens recém-egressos do ensino médio e de adultos em busca de qualificação, o que demanda políticas institucionais adaptadas a diferentes estágios de vida. Tais fatores exigem abordagens mais integradas, que considerem aspectos culturais, logísticos e socioemocionais para a promoção de uma permanência efetiva e bem-sucedida.

A análise dos dados evidencia que a presença indígena está significativamente distribuída em todos os cursos, com destaque para Engenharia Florestal, enquanto os estudantes quilombolas aparecem mais concentrados em Agronomia e Biotecnologia. Já os discentes com NEE apresentam número mais reduzido, o que pode estar associado à subnotificação ou à insuficiência de políticas de incentivo específicas. A presença simultânea de estudantes pertencentes a mais de uma categoria sugere a necessidade de ações interseccionais que considerem as múltiplas dimensões da exclusão.

Essa abordagem, conforme Espírito-Santo *et al* (2023), permite compreender como identidades sobrepostas, como raça, etnia, deficiência e origem social, geram formas distintas e cumulativas de vulnerabilidade no ensino superior. Os autores argumentam que políticas educacionais sensíveis à interseccionalidade devem considerar as múltiplas dimensões de exclusão que atravessam os sujeitos, promovendo não apenas o acesso, mas também condições equitativas de permanência e êxito acadêmico.

No contexto da educação superior brasileira, Silva (2023) reforça essa perspectiva ao demonstrar que políticas públicas construídas sob a ótica da interseccionalidade são mais eficazes na promoção da equidade, pois reconhecem as trajetórias plurais dos estudantes e os diversos obstáculos enfrentados ao longo de sua formação acadêmica. A adoção dessa abordagem permite que as instituições desenvolvam políticas mais inclusivas e responsivas às complexidades sociais de seus públicos-alvo, promovendo justiça educacional efetiva.

A expressiva participação de estudantes de grupos histórica e socialmente marginalizados reflete o compromisso institucional da UFOPA com a equidade, como evidenciado no Relatório Anual de Ações Afirmativas (UFOPA, 2023), que destaca o fortalecimento das políticas inclusivas por meio de programas de apoio estudantil, capacitação de servidores e ampliação de vagas nos processos seletivos especiais. O relatório reforça ainda que a interiorização do ensino superior na Amazônia exige a compreensão das especificidades locais, como a diversidade étnica, as barreiras territoriais e o acesso limitado a serviços essenciais.

Tabela 2 – Estudantes Público-alvo das Políticas de Ações Afirmativas, IBEF – UFOPA, status ativo em 2024.1

Ano de Ingresso	Número de alunos público-alvo das Políticas Afirmativas ativos no sistema	Número de alunos com pendência de no mínimo 50% da CH do curso a ser integralizada
2012	1	1
2013	4	1
2015	7	2
2016	8	4
2017	12	6
2018	18	7

2019	17	4
2020	19	12
2021	16	11
2022*	19	-
2023	22	-
2024	21	-
Total	164	48

* A análise considerou apenas os alunos ingressantes até o ano de 2021, pois aqueles que iniciaram a graduação em 2022 ainda estariam dentro do período regular de conclusão no ano de 2024.

Fonte: SIGAA/UFOPA, 2025.

No que se refere ao desempenho acadêmico e à progressão nos cursos, a Tabela 2 indica que, entre os 164 estudantes ingressantes até 2021, 48 (29%) apresentam pendências em mais de 50% da carga horária curricular. Esse resultado revela uma situação preocupante para a permanência e a conclusão efetiva dos cursos, o que é corroborado por Silva e Araújo (2019), ao destacarem a importância de suporte pedagógico e psicossocial contínuo para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Observa-se ainda que os ingressos de 2020 e 2021 concentram os maiores índices de pendência, possivelmente em decorrência das dificuldades impostas pelo ensino remoto durante a pandemia de COVID-19, que afetou o calendário e o percurso formativo dos discentes.

Nesse sentido, o Relatório Anual de Ações Afirmativas (UFOPA, 2023) enfatiza a urgência de desenvolver mecanismos de monitoramento acadêmico que considerem as especificidades dos estudantes beneficiados por ações afirmativas, como acompanhamento psicopedagógico³, monitorias em disciplinas com alta taxa de reprovação, ajustes nos horários das aulas e oficinas de nivelamento. Além disso, destaca-se a importância de valorizar trajetórias de aprendizagem não lineares, reconhecendo que o tempo de formação pode variar em contextos marcados por exclusão histórica.

³ No início do ano letivo de 2025, a Proges iniciou ação de atendimento psicológico aos estudantes de graduação e pós-graduação. Além disso, está em andamento discussão para implantação de Núcleos de Apoios Pedagógicos nas Unidades Acadêmicas (PDI, 2024-2031).

Tabela 3 – Estudantes Público-alvo das Políticas de Ações Afirmativas, IBEF – UFOPA – BCA.

Ano de Ingresso	Número de alunos público-alvo das Políticas Afirmativas ativos no sistema	Número de alunos com previsão de Conclusão em 2024.2
2021	3	0
2022	3	0
Total	6	0

Fonte: SIGAA/UFOPA, 2025.

A Tabela 3 apresenta os dados referentes ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA), revelando um cenário preocupante: entre os ingressantes de 2021 e 2022, nenhum possui previsão de conclusão para o semestre de 2024.2. Esses dados foram analisados separadamente em razão da estrutura curricular diferenciada do BCA, cuja integralização ocorre em três anos, ao contrário dos demais cursos do IBEF, que têm duração média de cinco anos.

Esse resultado pode indicar dificuldades na organização do curso e nos processos de adaptação dos estudantes, refletindo altos índices de retenção. Considerando o caráter introdutório e interdisciplinar do BCA, voltado à articulação entre saberes acadêmicos e tradicionais, a ausência de concluintes reforça a importância de revisar as metodologias de ensino e as estratégias de acompanhamento adotadas desde o ingresso.

Além disso, a inexistência de previsões de formatura em um curso de função estruturante sugere que as dinâmicas curriculares podem não estar plenamente alinhadas às demandas dos estudantes das ações afirmativas, o que pode comprometer sua permanência e seu sucesso acadêmico.

Tabela 4 – Estudantes Público-alvo das Políticas de Ações Afirmativas, IBEF – UFOPA – Demais cursos.

Ano de Ingresso	Número de alunos público-alvo das Políticas Afirmativas ativos no sistema	Número de alunos com previsão de Conclusão em 2024.2
2019	4	1
2020	7	2
Total	11	3

Fonte: SIGAA/UFOPA, 2025.

Por sua vez, a Tabela 4 contempla os dados dos demais cursos analisados. Nela, observa-se que três estudantes entre os onze ingressantes de 2019 e 2020 possuem previsão de conclusão em 2024.2, o que representa uma taxa de 27%. Embora esse percentual não seja elevado, sinaliza uma tendência mais positiva em comparação ao BCA. Esses resultados estão alinhados com Menezes *et al* (2021), que alertam para a urgência de medidas que promovam não apenas o ingresso, mas também o acompanhamento efetivo dos discentes, com foco em sua progressão e êxito formativo.

A discussão sobre permanência deve igualmente considerar os aspectos financeiros, logísticos e culturais enfrentados pelos estudantes. A distância de suas comunidades de origem, as dificuldades de transporte, a discriminação institucional e as barreiras linguísticas, especialmente entre estudantes indígenas, contribuem para o abandono ou o baixo desempenho. O Relatório Anual de Ações Afirmativas (UFOPA, 2023) destaca que o número de solicitações de auxílios de moradia e alimentação aumentou nos últimos três anos, revelando a crescente demanda por suporte material básico, sem o qual a aprendizagem torna-se inviável.

Outro aspecto relevante refere-se às estratégias complementares, como os subsídios financeiros e os programas de assistência estudantil, em conformidade com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010), os quais têm contribuído para mitigar parte das dificuldades enfrentadas pelos estudantes. No entanto, como apontam Gomes, Silva e Brito (2021), tais medidas precisam estar integradas a uma política pedagógica mais robusta, que envolva formação docente, acolhimento institucional e currículos sensíveis às realidades socioculturais dos estudantes. Destaca-se, principalmente, a necessidade de ampliação das equipes pedagógicas da universidade, dada a reduzida quantidade de especialistas na área, como pedagogos e psicólogos. Também se tornam urgentes ajustes curriculares, considerando que os cinco cursos analisados são integrais, com disciplinas ofertadas nos turnos matutino e vespertino, o que pode dificultar a permanência de estudantes que precisam conciliar a formação com o trabalho.

Observa-se também maior necessidade de desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais e de formação docente continuada, como defendem Oliveira e Candau (2010), ao proporem a inserção de epistemologias não hegemônicas como forma de resistência à colonialidade do saber. A baixa presença de conteúdo curricular que reflita as realidades dos estudantes de comunidades tradicionais, além das dificuldades linguísticas,

especialmente entre os estudantes indígenas, pode contribuir para o sentimento de não pertencimento, dificultando ainda mais sua permanência.

Diante das reflexões e da análise dos dados, observam-se avanços institucionais significativos na implementação de ações afirmativas na UFOPA, com programas que abrangem diferentes dimensões da vida acadêmica, desde o ingresso até a permanência na universidade. Apesar desses progressos, persistem desafios de natureza diversa, que envolvem tanto a gestão das políticas de permanência quanto fatores cotidianos do ambiente universitário. Essas dificuldades comprometem a permanência com qualidade e o sucesso dos estudantes, de modo que a taxa de conclusão do percurso acadêmico ainda se mantém reduzida.

A adoção de políticas avaliativas, conforme sugere Carneiro (2005), pode subsidiar reformulações e a ampliação de programas de suporte que assegurem às populações historicamente excluídas melhores condições em sua trajetória acadêmica e na conclusão com êxito. Reforça-se, assim, a importância de ampliar o corpo técnico e promover a capacitação contínua de todos os servidores, garantindo a efetiva implementação dos programas já existentes na universidade.

Em síntese, o papel transformador das ações afirmativas transcende a mera inserção de estudantes no ensino superior. Ele exige o comprometimento institucional com a criação de um ambiente que valorize a diversidade, promova a justiça educacional e reconheça os diferentes pontos de partida dos sujeitos, em consonância com os princípios de uma universidade verdadeiramente pública e inclusiva (Freire, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu uma análise abrangente e crítica sobre a efetividade das políticas de ações afirmativas no Instituto de Biodiversidade e Florestas da UFOPA, com base em dados institucionais atualizados e em referenciais teóricos consolidados. Os resultados evidenciaram avanços significativos na promoção do acesso ao ensino superior por parte de populações historicamente excluídas, como indígenas, quilombolas e estudantes com necessidades educacionais específicas, ao mesmo tempo em que permitiram analisar indicadores de permanência e de conclusão de curso desses estudantes nos cursos de graduação do Instituto de Biodiversidade e Florestas da UFOPA.

No entanto, os dados analisados revelam ainda desafios relacionados à trajetória acadêmica desses discentes, tanto no que se refere à permanência quanto à conclusão de

seus cursos, configurando entraves à consolidação de uma universidade pública verdadeiramente inclusiva.

Do ponto de vista quantitativo, destaca-se que cerca de 29% dos estudantes ingressantes até 2021 acumulam pendências em mais da metade da carga horária do curso, o que sinaliza vulnerabilidades no acompanhamento acadêmico que merecem investigação mais aprofundada. Particularmente alarmante é a ausência de previsão de formandos no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA) entre os ingressantes de 2021 e 2022, o que sugere a necessidade urgente de revisão curricular e de estratégias pedagógicas específicas, considerando o formato de oferta integral dos cursos do IBEF. De forma semelhante, a taxa de conclusão prevista de apenas 27% entre os ingressantes de 2019 e 2020 nos demais cursos evidencia que os desafios da permanência não se restringem a um único curso ou perfil de estudante.

Esses dados, analisados à luz do Relatório Anual de Ações Afirmativas (UFOPA, 2023) e de autores como Gomes, Silva e Brito (2021), Silva e Araújo (2019) e Espírito-Santo *et al* (2023), demonstram que a permanência no ensino superior vai além do simples acesso. Ela requer suporte psicopedagógico, inclusão curricular, políticas de assistência estudantil efetivas e ações voltadas à redução das desigualdades de origem social, étnico-racial, territorial e educacional. Nesse sentido, destaca-se a relevância de programas como o Bolsa Permanência, o auxílio alimentação, o Restaurante Universitário, as monitorias acadêmicas de acessibilidade e demais programas em andamento por meio da PROGES, que atuam como mecanismos de mitigação das barreiras enfrentadas por esses estudantes.

A perspectiva interseccional contribui para compreender que muitos discentes vivenciam múltiplas formas de exclusão, o que exige respostas institucionais integradas e sensíveis às especificidades de cada grupo. É fundamental que a universidade desenvolva políticas educacionais articuladas à formação docente, com adequações curriculares, ambientes pedagógicos acolhedores e espaços permanentes de escuta. Isso demanda maior quantidade de profissionais técnicos especializados, tanto para o atendimento direto aos estudantes quanto para a implementação das ações afirmativas e a formação continuada dos servidores. Como argumenta Carneiro (2005), a avaliação contínua das políticas afirmativas é essencial para seu aperfeiçoamento, evitando que sejam tratadas como medidas compensatórias pontuais e garantindo seu papel transformador.

Cabe destacar que, entre os fatores que comprometem a permanência de estudantes indígenas no ensino superior, as barreiras linguísticas representam um obstáculo frequentemente negligenciado. Muitos desses estudantes têm o português como segunda língua, o que dificulta tanto a compreensão de conteúdos acadêmicos quanto a interação no ambiente universitário. Na UFOPA, o estudante indígena ingressa na Formação Básica Indígena, na qual permanece durante o primeiro ano antes de ingressar nos componentes curriculares de sua matriz. Entretanto, ainda é deficiente a continuidade de atendimento referente ao uso da língua materna e da língua portuguesa ao longo do curso.

Segundo Sousa (2022), a ausência de estratégias pedagógicas sensíveis à diversidade linguística compromete o desempenho e a segurança acadêmica desses discentes, agravando seu sentimento de isolamento e sua vulnerabilidade institucional. Essa realidade evidencia a necessidade de uma política linguística e de práticas educativas que respeitem os repertórios linguísticos indígenas, promovendo melhores condições de acessibilidade e inclusão acadêmica.

Este estudo pode motivar a realização de pesquisas mais amplas sobre os grupos atendidos pelas ações afirmativas, bem como a análise de relatórios de outros cursos da UFOPA, de modo a identificar demandas para a implementação adequada das políticas internas e externas aqui citadas. Cabe ressaltar também a importância de estudos que considerem as vozes dos discentes alvo dessa discussão.

Dessa forma, reafirma-se a relevância das ações afirmativas como instrumento de justiça social e democratização do acesso e da permanência no ensino superior. Contudo, sua eficácia plena depende da atuação coordenada de diferentes setores institucionais, das comissões de ações afirmativas, de servidores técnicos capacitados e em número suficiente para atender à crescente demanda, da formação docente continuada, da revisão constante dos projetos pedagógicos de cursos comprometidos com a equidade, da avaliação periódica das ações existentes na universidade e da implementação de estratégias que considerem as dificuldades linguísticas.

A experiência da UFOPA, situada em um contexto amazônico de grande diversidade cultural e histórica de exclusão, representa um campo fértil para o desenvolvimento de práticas inovadoras e socialmente comprometidas, que podem servir de referência para outras instituições brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; GOMES, Jacqueline de Souza; ALMEIDA, Marcelo Nocelle de; MILAGRES, Yuri Marx Silva. Ações afirmativas no Ensino Superior: o caso do Programa de Pós-graduação em Ensino, da Universidade Federal Fluminense. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.l.], v.11, n.1, p.122–141, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64905. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64905>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711/2012 para incluir pessoas com deficiência nas cotas para instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n.º 13, de 11 de maio de 2016. Estabelece diretrizes para a inclusão de estudantes indígenas e quilombolas nas universidades federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 maio 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>. Acesso em: 1 out. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: PUC-SP, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 9 set. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Research_Design.html?id=335ZDwAAQBAJ. Acesso em: 4 set. 2025.

ESPÍRITO-SANTO, Giannina do *et al.* Desigualdades interseccionais nos programas de pós-graduação stricto sensu em educação física. **Educação & Pesquisa**, [S. l.], v.47, p.1-25, 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/213761>. Acesso em: 5 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Patrícia Vieira Barboza; BRITO, Joselina Euzébio. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v.42, e258226, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2025.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/81a26798-09ec-4938-8cee-c9c57cd0af3d>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MENEZES, R. O. *et al.* Povos indígenas, educação superior e ações afirmativas na UFAM. **Linhas Críticas**, v.27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36591>. Acesso em: 28 out. 2025.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.35, n.3,

p.811-832, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

SILVA, M. P.; ARAÚJO, E. Ações afirmativas no ensino superior brasileiro: caminhos para a permanência e o progresso acadêmico de estudantes da área das ciências exatas. **Educação em Revista**, v.35, e170841, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/JJds6YhTYpWn68F3XY3ccVS/>. Acesso em: 5 nov. 2025.

SILVA, P. T. de F. e; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.56, n.5, p.603–631, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220034. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87932>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SILVA, T. R. **Interseccionalidade e políticas públicas no ensino superior**: desafios e perspectivas nas universidades brasileiras. 2023. 232 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2023/07/TESE-VERSAO-POS-BANCA-com-ficha-13.04-1.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SOUSA, J. C. A. de. **Uma interpretação para as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos indígenas Akwẽ-Xerente no curso de Letras do campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins**. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3854>. Acesso em: 5 out. 2025.

TICIANELI, José Geraldo. O acesso de estudantes indígenas às universidades federais. **ANDIFES**, 14 set. 2022. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2022/09/14/o-acesso-de-estudantes-de-escolas-publicas-e-quilo-mbolas-a-universidade-federal/>. Acesso em: 28 set. 2025.

UFOPA. **Plano de desenvolvimento institucional 2024-2031**. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2024. Disponível em: <https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

UFOPA. **Relatório anual de ações afirmativas**. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2023. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/proges/documentos/relatorio-anual-de-aco-es-afirmativas-2023.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

UFOPA. **Resolução Consepe nº 386, de 22 de setembro de 2022**. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2022. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2023/f6dda537237fe1f917962daaf7c6f31e.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JR., João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.50, n.177, p.882-909, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7491>. Acesso em: 4 nov. 2025.

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

